

A QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA DO TRANSPORTE E TRÂNSITO EM BELO HORIZONTE A PARTIR DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Cláudio Moreira dos Santos
Mestrando em Ciência da Informação na UFMG
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A- BHTRANS
cmsantos@pbh.gov.br

Míriam Gontijo de Moraes
Doutora em Ciência da Informação pela UFMG
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A- BHTRANS
mgontijo@pbh.gov.br

Resumo

As experiências das gestões públicas comprometidas com o avanço da democratização da sociedade brasileira têm demonstrado a possibilidade de se efetivarem novas relações entre Estado e sociedade, qualificando a democracia representativa, estabelecendo formas de envolvimento direto da população na formulação e na definição das políticas públicas. Este artigo faz a retrospectiva histórica das inter-relações entre o público e o privado na sociedade contemporânea destacando uma das facetas dos programas de orçamento participativo que são as comissões populares deliberativas, especificamente as Comissões de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte. Em seguida foca a participação de comissões regionais de transporte e trânsito na implantação de telecentros em duas estações de ônibus de Belo Horizonte (Barreiro e Venda Nova) com o objetivo de fortalecer a participação popular na gestão pública e identificar os reflexos da condição de infoexclusão da gestão do transporte e trânsito. Na oportunidade foi traçado o perfil informacional dos membros das duas comissões quanto à necessidade de informação para ampliar a participação. A iniciativa terá repercussão inclusive no que tange à mobilidade urbana, entendida como uma função pública destinada a garantir a acessibilidade para todas as pessoas aos serviços, bens e oportunidades no âmbito das cidades.

Palavras-Chaves:

democratização-gestão pública- infoinclusão-informação- percepção-qualidade.

1. Introdução

A partir da instauração da ditadura militar, em 1964, houve um grande investimento na modernização econômica do Brasil. No período denominado “o milagre brasileiro”, compreendido entre os anos de 1968 e 1974, a economia brasileira sofreria uma notável expansão, refletida no crescimento acelerado do Produto Interno Bruto (PIB). Esse intervalo de tempo foi marcado por taxas de crescimento excepcionalmente elevadas, enquanto a inflação, “controlada e institucionalizada”, declinava. (RIBEIRO, 1995).

Apesar do crescimento econômico, a transformação do País em uma sociedade urbano-industrial complexa se caracterizou por evidenciar as diferenças entre camadas da população, com o aumento da parcela daqueles em condição de pobreza.

Segundo Gouvêa (2005), entre 1973 e 74, durante a vigência do regime militar, foram criadas pelo governo federal as nove primeiras Regiões Metropolitanas brasileiras, como decorrência do fenômeno da metropolização brasileiro, que se caracterizou inicialmente por um intenso ritmo de crescimento urbano verificado em torno das principais capitais estaduais, cuja problemática se traduz, em síntese, na

desigualdade verificada entre os Municípios que compõem as RMs e na inexistência de arranjos institucionais estáveis para a gestão de políticas públicas plurimunicipais.

Uma dissociação entre Estado e sociedade, “expressa por uma institucionalidade rígida e com pouco potencial de incorporação política”, (BEMFICA, 1997) ocasionou a oposição de uma estrutura social crescente, complexa e diferenciada.

As décadas de 70 e 80 foram marcadas pela organização da sociedade civil, que por meio de movimentos sociais de diferentes naturezas, lutava para ser reconhecida, nas suas mais diversas facetas, como atores legítimos para as negociações de demandas da população em prol de uma melhor qualidade de vida. Moradia, alimentação, infra-estrutura e prestação de serviços públicos eram os principais elementos que compunham as pautas de reivindicações de tais grupos. ¹

A Constituição de 1988 trouxe significativos avanços, em termos de descentralização política, administrativa e financeira, e transferiu da União para os Estados a responsabilidade de criação das Regiões Metropolitanas. Mesmo assim, conforme Gouvêa (2005), apesar do grau de autonomia política que os municípios adquiriram, a profunda desigualdade física, econômica e social verificada entre os Municípios que compõem a maioria das RMs e a inexistência de arranjos institucionais estáveis para dar suporte ao equacionamento de questões cuja complexidade, magnitude e abrangência, não se limitam ao âmbito de uma municipalidade específica, por mais importante que seja, pode-se afirmar que as RMs tornaram-se os mais significativos *loci* de exclusão social, segregação espacial e de miséria.

Os movimentos sociais, na medida em que foram sendo reconhecidos pelos governos como representantes de grupos de cidadãos, e, de seus interesses, colaboraram para a criação de uma maneira diferente de se atuar na esfera política, desassociada das estruturas corporativas do Estado. Ainda que articuladas as ações dos grupos sociais com sindicatos de classes trabalhadoras e partidos políticos (DOIMO, 1995), estas se davam com independência dos propósitos de uns e outros.

Os movimentos sociais adquirem, gradativamente, importância, à medida que passam a fazer intermediação entre povo e governo, interferindo assim, nos processos de gestão das políticas públicas, de âmbito municipal. Uma rede formada por movimentos coletivos, organizações não governamentais – ongs, e, igreja, estabelece relação com o governo e as lideranças políticas brasileiras. Há então uma nova parceria para a elaboração das políticas públicas, Não mais só o governo é então quem define os meios pelos quais serão solucionados os problemas urbanos.

Especificamente sobre as questões de política urbana, alguns municípios apresentam experiências em que foi consolidada a participação popular no processo de gestão. Entre outras coisas, ficou estabelecido que as leis orgânicas passassem a ter como preceito a cooperação das associações representativas no planejamento municipal. Estabeleceu também a Constituição, sobre a participação popular diretamente ligada à política municipal, a consulta por meio de plebiscito à população quando da fusão, incorporação ou desmembramento de municípios; a iniciativa popular em projetos de lei de interesse específico do município, da cidade ou de bairros, mediante manifestação de pelo menos cinco por cento do eleitorado; a colocação das contas dos municípios à disposição de qualquer contribuinte durante 60 dias para exame, apreciação e, ainda, questionamento.

Naquele período foi relevante a participação dos movimentos sociais na Assembléia Nacional Constituinte, encabeçada pelo Movimento Nacional de Reforma Urbana – MNRU, que desenvolveu o lobby dos movimentos sociais na Constituinte Federal para que fosse na Carta Magna a questão da política urbana e dentro desta a participação social na gestão municipal. Em sua emenda à constituição denominada “Emenda Popular de Reforma Urbana”, o MNRU determinou o tratamento da gestão das cidades sob o viés do cumprimento da função social (SILVA, 2002). Após 1988, originado do Movimento Nacional de Reforma

¹ Vale mencionar aqui, ao tratar-se da organização da sociedade civil, das imbricações dos temas memória e identidade social: “O suporte fundamental da identidade é a memória.” (Menezes, 1984: 33) “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva.” (Lê Goff 1996: 476) A construção da memória social é, portanto, decisiva para a formação de identidades coletivas e a construção e desconstrução de identidades coletivas é parte integrante do processo político. Movimentos sociais, políticos e culturais, consciente ou inconscientemente, operam ações que resultam na construção de identidades coletivas. a memória dá o sentido de trajetória a identidade cultural, informando ao proprietário daquela identidade o seu lugar num sistema social que o engloba. A memória dá o sentido de história à identidade social.

Urbana é criando então o Fórum Nacional de Reforma Urbana, cujo objetivo era o de fazer uma intermediação legislativa que se tornou conhecida por “Estatuto da Cidade”.

Assim são disseminadas as experiências de orçamento participativo, mutirões habitacionais, fóruns de cidade e conselhos municipais. Aumenta-se com isso a capacidade de atuação da população na política, quer seja pela participação no processo da consolidação das políticas públicas municipais, quer seja no controle social que dessa prática advém.

Como desdobramento das novas práticas políticas é ampliada a ação popular, por meio da participação nos conselhos municipais responsáveis pelas questões relativas às políticas sociais. Deles passam a fazer parte integrantes de movimentos sociais, sindicais e cidadãos. Possuem tais conselhos, assim, estruturas híbridas, compostas por membros do Estado e da sociedade, na constituição da esfera pública, criando uma nova institucionalidade no país, capaz de quebrar o monopólio de atores tradicionais como: o partido, os Poderes Executivo e Legislativo, o sindicato, os grupos de pressão etc. (TEIXEIRA, 2000).

Nos anos 90, os projetos de participação e controle sócia, surgidos na década anterior e consagrados pela promulgação de uma nova Constituição, se tornam prioridade para os governantes das grandes cidades brasileiras. Com isso, proliferam as experiências de descentralização das políticas sociais e também o estabelecimento dos conselhos municipais cuja finalidade é a de tratar tais assuntos. Uma experiência que se destacou dentre as demais é a do orçamento participativo – OP, que consiste, em linhas gerais, na deliberação - em assembléias regionais da cidade - de recursos que o governo municipal destina para as obras urbanas. Nas assembléias do orçamento participativo, delegados eleitos nas diferentes regiões da cidade, encaminham demandas que, são votadas e decididas como prioridade de investimento de recursos.

O valor maior da prática do orçamento participativo está no ganho político que ele proporciona, isto é, na possibilidade de que sejam incluídas no processo de decisão política municipal pessoas que até então dele eram impedidas de participar. As assembléias regionais de eleição das prioridades introduzem uma forma democrática e pública de negociação entre o poder público e a população, substituindo as formas tradicionais de distribuição de recursos e favores.

Nessa perspectiva, a democratização deve expressar a desprivatização do Estado e a construção das condições para a sociedade civil participar efetivamente na elaboração de políticas que atendam interesses públicos. Implica na criação de espaços de debate e negociação não monopolizados ou controlados pelo Estado, representando canais de expressão política dos diferentes interesses presentes na sociedade

O espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; entretanto ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social.

Nesta perspectiva, nos fundamentamos no conceito de esfera pública de Habermas (1997) “ que constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções nem com os conteúdos da comunicação cotidiana” .

Assim como Habermas, Arendt (1959) assinala os procedimentos dialogais, como a ação compartilhada e a convivência de uma pluralidade de interesses, como traços fundamentais do espaço público. O espaço público seria o local onde as pessoas - através de procedimentos discursivos, da convivência com a pluralidade humana, dos argumentos - podem compartilhar a construção de um mundo comum legitimado pelo reconhecimento público e intersubjetivo dos outros. O reconhecimento público da diferença e sua legitimidade aparecem como procedimentos que delineiam a emergência de um espaço público de debate e deliberação, cenário no qual os conflitos de interesses são administrados com bases em normas pactuadas e públicas, e não confinados ao terreno do privado ou submetidos aos interesses dos mais fortes.

Arendt (1959) enfatiza a importância da explicitação das diferenças que, mesmo irreduzíveis, podem caminhar para acordos provisórios ou retomáveis, uma vez que não acredita em consensos estáveis. O reconhecimento de sujeitos, de falas, de argumentos e de interesses diferentes, sua pertinência e relevância para a construção de um mundo comum, são partes significativas da sua contribuição para a construção de um conceito atual de espaço público.

Tal conceito se coloca como categoria analítica importante para contribuir na formulação de políticas públicas urbanas em um contexto de descentralização e desigualdades, em se tratando das realidades municipais brasileiras e da urgência em se construir uma gestão metropolitana.

O conceito de esfera pública nos remete aos reflexos do acesso ágil à informação de qualidade para o fortalecimento da participação dos usuários e cidadãos constatados a partir da introdução de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na administração pública, notadamente da Internet, que

tem se caracterizado como ferramenta de ampliação do espaço público, de participação do cidadão bem como de reforma e democratização da gestão urbana, tendência verificada nas políticas públicas urbanas como condição de governança.

No entanto, este acesso se apresenta como um problema para sociedades e governos, em se tratando de possibilitar o acesso (individual ou comunitário) às TICs e à informação a um custo viável e em igualdade de oportunidades, no contexto em que a informação reduz incerteza em ambientes de alta complexidade. A mínima noção do termo exclusão digital, segundo Silveira (2003), passa pela situação de exclusão do acesso ao computador e aos conhecimentos básicos de uso. A noção ampliada relaciona a exclusão ao acesso à Internet.

O conceito de Infoexclusão traduz a condição definida acima, acrescida da incapacitação para a cidadania, em um contexto da chamada Sociedade da Informação, cujo direito à informação, notadamente à informação pública, é uma prerrogativa cidadã. Aspectos como o tempo disponível e a qualidade do acesso afetam o grau de infoexclusão como também o fato das TICs obrigarem a uma atualização constante de hardware e dos sistemas de acesso, exigindo um investimento regular por parte do usuário (SORJ e GUEDES, 2004).

Espaços de co-gestão podem ser exemplos de espaços públicos se forem amplos e heterogêneos, onde o Estado deve entrar como mais um ator, como parte interessada num jogo pluripartite em que a legitimação de atores e de interesses se estabelece pela própria dinâmica conflitiva, reguladas por normas pactuadas pelas partes em conflito.

Mas como manter um jogo pluripartite, em uma situação em que o exercício da argumentação, da explicitação dos conflitos, da fundamentação das demandas em critérios de racionalidade pública, se vê comprometido pela brecha digital característica da contemporaneidade?

E como ainda pensar, segundo Rolnik e Somekh (2000), em uma governança urbana, entendida como um processo de gestão que supera o âmbito restrito ao poder público e que envolve os diversos atores de forma compartilhada.

Ações identificadas no âmbito do Governo Eletrônico têm sido apresentadas como propostas para se reduzir o problema. Em Belo Horizonte, a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, BHTRANS, é responsável pelo gerenciamento do sistema de transportes e do trânsito da quarta capital do Brasil, onde diariamente são transportados 1,6 milhão passageiros, e ao longo dos anos construiu uma cultura de compromisso com a cidade, estimulando a participação dos cidadãos usuários nas decisões da empresa, por meio das Comissões Regionais de Transportes e Trânsito.

No âmbito da BHTRANS, as ações de governo eletrônico tiveram início a partir da implantação de um *website* da Bhtrans (www.bhtrans.pbh.gov.br) com informações e serviços para auxiliar no atendimento à demanda que se concentra na Gerência de Atendimento ao Usuário e dar mais transparência às ações do órgão público. Numa segunda etapa, após pesquisa e discussão junto às Comissões Regionais de Transporte e Trânsito, com o apoio da Assessoria de Mobilização Social (AMOS), foi constituído grupo de trabalho para estruturar a implantação piloto de Telecentros de acesso à Internet em duas das principais estações de integração do Projeto BHBUS : Venda Nova, onde circulam diariamente 46,3 mil usuários, que correspondem a 25% do total de usuários estimados na região e Barreiro cuja circulação é estimada em 100 mil pessoas por dia.

A iniciativa veio ao encontro do Programa de Consolidação da Gestão da BHTRANS, previsto no Plano de Metas da empresa para 2001 a 2004 e operacionalizado por meio do projeto de Fortalecimento da Participação da Sociedade no Controle dos Transportes, cujos objetivos incluíam, entre outros pontos, a ampliação da participação popular com o envolvimento de um maior número possível de pessoas, a partir de ações que possibilitassem a transparência da gestão dos transportes e trânsito em Belo Horizonte.

De acordo com o Planejamento Estratégico da empresa para o período de 2005-2008, o Fortalecimento dos Canais de Participação Popular é um dos projetos que compõem a estratégia de Construção da Mobilidade Sustentável no município de Belo Horizonte, e tem como objetivo, entre outros, propor novos canais para ampliar a discussão do tema na cidade; socializar informações, democratizar e dar mais transparência à gestão. (BHTRANS, 2005).

Como forma de avançar na questão do acesso à informação para qualificar, ainda mais, a participação popular na gestão do transporte e trânsito de Belo Horizonte, foram construídas categorias para medir o grau de percepção que os membros das comissões regionais de transportes e trânsito têm do trabalho da comissão a qual pertence e das outras comissões existentes; dos canais de participação na cidade, das ações da administração pública municipal, notadamente no âmbito do gerenciamento dos transportes e do trânsito.

A seguir, iremos descrever a estratégia metodológica desenvolvida para aferir o grau de percepção dos usuários e as principais revelações da aplicação da mesma, principalmente, tendo em vista a necessidade de construção de uma gestão que leve em conta um pacto de mobilidade e a perspectiva de gestão supra municipal, como será melhor explicitada nas considerações finais deste artigo.

2. Estratégia Metodológica

Para os fins objetivados, conforme Moraes (2005), estipulou-se como universo investigado duas das nove comissões regionais formadas no âmbito das administrações regionais do município de Belo Horizonte, compostas, até 2005, por 25 membros titulares, representantes da população das micro-regiões locais. O processo de investigação se deu por grupos focais representativos dessas comissões.

Para alcançar o parâmetro de homogeneidade social, a autora utilizou a noção de Tipo Regional, sugerida em Machado (2003), que identifica cinco tipos, tendo como referência o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) da Prefeitura de Belo Horizonte, construído a partir da avaliação das populações conforme as dimensões ambiental, cultural, econômica, jurídica e de segurança de sobrevivência. A partir dos Tipos Regionais, Machado (2003) classifica 77 das 81 Unidades de Planejamento (Ups), distribuídas da seguinte maneira:

Quadro 1. características das Ups conforme o Tipo Regional

Tipo Regional	Características das Unidades de Planejamento (Ups)
Tipo Regional I (elevada vulnerabilidade)	17 Ups distribuídas em todas as regionais, com predominância nas regionais Centro-Sul, Oeste e Noroeste.
Tipo Regional II (alta vulnerabilidade)	21 Ups nas regionais de Venda Nova (6), Norte (4), Barreiro (4), Pampulha (3), Nordeste (2), Noroeste (1) e Oeste (1).
Tipo Regional III (média vulnerabilidade)	15 Ups nas regionais Noroeste (4), Leste (3), Oeste (3), Pampulha (2), Nordeste (1), Barreiro (1), Venda Nova (1).
Tipo Regional IV (vulnerabilidade relativamente baixa)	12 Ups próximas à região central, parte da Pampulha e a UP Planalto na Região Norte.
Tipo Regional V (baixa vulnerabilidade)	12 Ups das quais 11 estão na regional Centro-sul

Fonte: MACHADO, Carlos Wagner Costa.

Segundo Moraes (2005), os Tipos Regionais orientaram a formação dos grupos focais a partir do grau de vulnerabilidade social para efeito da pesquisa junto aos usuários do transporte coletivo nas regionais escolhidas. A análise da população pobre de Belo Horizonte, a partir do Mapa das Áreas Prioritárias para Inclusão Urbana e Social, aponta, conforme Moscovich (2003), que 79% do contingente populacional do grupo dos pobres estão concentrados nas regionais Venda Nova (15,8%), Barreiro (15,6%), Nordeste (13,6%), Norte (12,4%), Oeste (11,2%) e Noroeste (10,4%).

A avaliação da condição de infoexcluído do gerenciamento do transporte e trânsito não se restringiu à vulnerabilidade social, apesar da sua importância para categorizar as populações infoexcluídas, isto porque, segundo Sorj e Guedes (2004), a exclusão digital não se limita ao universo daqueles que têm *versus* aqueles que não têm acesso a computador e Internet, dos incluídos e dos excluídos. Aspectos como a capacidade de leitura e de interpretação da informação por parte do usuário da Internet e de sua rede social devem também ser avaliados (SORJ e GUEDES, 2004). A condição de infoexclusão está ainda relacionada ao que Ferreira e Dudziak (2004) identificam como exclusão informacional e social e a condição de exclusão informacional está relacionada às dificuldades no processo de busca de informação para construir conhecimento a partir de relações entre vários tipos de informações disponíveis. Já a exclusão social tem como condicionante às barreiras para ter acesso às informações o desenvolvimento de um pensamento crítico, autônomo, de cidadãos capazes de transformação social.

Levando em consideração os parâmetros para caracterização das populações infoexcluídas fornecidos pela literatura, a avaliação da condição de infoexclusão do grupo se baseou na análise das seguintes dimensões:

Quadro 2. dimensões para categorizar a infoexclusão

Dimensões de Cidadania (acesso) *	Variáveis
Infra-estrutural	Acesso residencial à água encanada Acesso residencial à rede de esgoto Acesso residencial à energia elétrica Acesso residencial à rede telefônica Acesso residencial à rua asfaltada Acesso residencial a telefone fixo Acesso a telefone celular Acesso residencial à televisão Acesso residencial a TV a cabo Acesso residencial a computador com Internet
Equipamento social	Acesso ao transporte Coletivo Acesso à escola próximo à residência Acesso a hospital/posto de saúde próximo à residência
Cultural e Informacional	Acesso à educação /grau de escolaridade Acesso a Biblioteca próxima à residência Acesso a Banca de Jornal e Revistas Acesso a microcomputadores em rede No trabalho
Econômica	Acesso ao emprego/aposentadoria Nível de Renda

Fonte: Elaborado pela autora com base em SORJ e GUEDES (2004) e FERREIRA e DUDZIAK (2004).

* possibilidade de consumo além das necessidades básicas.

Foram construídas ainda categorias para medir o grau de percepção que os membros das comissões regionais de transportes e trânsito têm do trabalho da comissão a qual pertence e das outras comissões existentes; dos canais de participação na cidade, das ações da administração pública municipal, notadamente no âmbito do gerenciamento dos transportes e do trânsito.

Conforme Moraes (2005) as pesquisas relacionadas ao Trabalho Cooperativo Suportado por Computador (CSCW) ² contribuíram com os conceitos de cooperação e de percepção (*awareness*). O conceito de cooperação está relacionado ao trabalhar ou agir em conjunto para um objetivo comum, e o de percepção, grosso modo, diz respeito ao conhecimento dos indivíduos sobre o grupo ao qual pertencem e sobre as atividades desenvolvidas conjuntamente. Conforme nossa avaliação, ambos são muito úteis ao estudo de uso e usuários da Internet em comunidades ou grupos, ou mesmo para abordar a questão da participação.

Abordagens no campo do CSCW apontam diversos problemas que se apresentam para atingir a cooperação, sendo que um deles consiste na falta de contexto comum entre os participantes. Ele ocorre quando os membros de um grupo de trabalho desconhecem o que seus colegas estão fazendo, ou não sabem situar as próprias atividades no trabalho como um todo, nem qual é a posição atual desse trabalho, conforme Borges; Pinheiro e Lima (2003). O problema da falta de contextualização entre os participantes, ou seja, quando há barreiras para o conhecimento coletivo da ação como um todo é a questão estudada a partir do conceito de percepção (*awareness*).

A falta de conhecimento sobre as atividades de cada um dos membros e do grupo pode gerar redundâncias nas tarefas (vários membros realizando as mesmas tarefas, sem conhecimento dos demais), inconsistências (um membro referenciando uma atividade que não será mais realizada) e contradições (membros depositando contribuições opostas ou contraditórias, sem noção das demais contribuições). Tudo

² Muitos dos sistemas apoiados por computadores permitiam apenas a interação entre um usuário e o sistema. O desenvolvimento de tecnologias destinadas ao espaço ocupacional, na década de 80, resultou na Automação de Escritório, cuja preocupação inicial da pesquisa era a utilização de sistemas corporativos e de computação pessoal, a partir de 94 a pesquisa focou a investigação sobre como as pessoas trabalham em grupo nas organizações e como a tecnologia os afeta. Pesquisas multidisciplinares passam a ser planejadas e a esse campo denominaram de Computer Supported Cooperative Work (CSCW), de apoio comunicacional ao trabalho.

isso pode gerar não só conflitos entre os membros do grupo, mas também um trabalho truncado, sem coesão de idéias ou incompleto, prejudicando o resultado não só em termos de qualidade, mas também quanto à eficiência. Em casos extremos, os objetivos podem não ser atingidos.

A percepção, ou a consciência de (*awareness*), é peça chave para qualquer forma de cooperação, uma vez que perceber, reconhecer e compreender as atividades dos outros são requisitos básicos para a interação humana e a comunicação em geral. Vários mecanismos de suporte à percepção vêm sendo propostos no campo do trabalho mediado pelas TICs. Tais mecanismos transformam interações irregulares em interações consistentes e perceptíveis, permitindo aos membros do grupo manterem-se atualizados sobre eventos importantes, contribuindo para que suas atividades sejam realizadas de modo eficaz (ARAÚJO; DIAS e BORGES, 1997).

A análise destes mecanismos aponta as características usadas na classificação desses suportes, e que se referem a seis questões: *o que, quando, onde, como, quem e quanto*. Cada uma dessas questões identifica aspectos vitais para o fornecimento de percepção dentro de um *groupware*³. O quadro abaixo sintetiza cada uma dessas características e a sua forma de operacionalização:

Quadro 3. características de suporte à percepção

Características	Referência	Ambiente Assíncrono	Ambiente Síncrono
O QUÊ	Atividades Papéis	Visão global Diferenciação das informações de acordo com o papel desempenhado	Visão detalhada
QUANDO	Evento gerador Persistência Apresentação	Passado, passado contínuo e futuro. Alta Imediata	Presente e futuro Baixa Posterior
ONDE	Origem Destino	Compartilhamento de objetos via histórico e ferramentas de comunicação como e-mail	Espaço on-line compartilhado e ferramentas como <i>chats, talks</i> , conferências.
COMO	Filtragem Agrupamento	Balanceado e conforme o membro e a atividade realizada	
QUEM	Presença	Não obrigatório, mas possibilitado por ferramentas de comunicação assíncronas.	Obrigatório com ferramentas síncronas
QUANTO	Insuficiência Sobrecarga	Varia conforme o ambiente, o tipo de atividade realizada, o papel e os interesses de cada membro.	

Fonte: Elaborado pela autora com base em BORGES; PINHEIRO e LIMA, 2003.

Ao transpormos o problema da falta de contextualização das atividades de um grupo, para o caso das atividades relacionadas às Comissões Regionais de Transportes e Trânsito, consideramos que ele poderia ser sintetizado pela barreira na percepção entre os membros da própria comissão sobre o trabalho que estão desenvolvendo, ou de outras comissões, na ação do coletivo. A percepção envolve a consciência dos participantes em saber quem é do grupo, quais seus objetivos e suas atividades, o que aconteceu, o que vem acontecendo, e o que se está passando. E mais: quanto aos membros do grupo, onde estão e o que fazem. Para medir esse grau de percepção, lançamos mão das características importantes para o suporte à percepção, apontadas por Borges; Pinheiro e Lima (2003) e a sua adaptação aos objetivos dessa pesquisa resultaram no quadro a seguir:

³ "Sistema baseado em computadores que apóia grupos de trabalho envolvidos em uma atividade ou objetivo comum que provê uma interface para ambiente compartilhado" (ELLIS et alii., 1991,p. 40).

Quadro 4. categorias para avaliar a percepção informacional

Categorias	Variáveis
Quem	Informações sobre quem são os atores do gerenciamento dos transportes e trânsito de BH Os papéis desempenhados pelos atores do gerenciamento dos transportes e trânsito de Belo Horizonte Nível de responsabilidade de cada ator
O que	Nível de conhecimento das informações que explicitam as atividades globais no gerenciamento dos transportes e trânsito de Belo Horizonte Identificação dos problemas informacionais
Quando	Identificação dos eventos geradores das informações sobre o gerenciamento dos transportes e trânsito de Belo Horizonte Eventos geradores de informações no passado, presente e futuro.
Onde	Origem das informações sobre o gerenciamento dos transportes e trânsito de Belo Horizonte. Níveis de hierarquia na gestão do transporte e trânsito de Belo Horizonte
Como	Identificação dos canais de comunicação com os atores do gerenciamento dos transportes e trânsito de Belo Horizonte Identificação das formas de disponibilizar as informações geradas nas atividades do gerenciamento dos transportes e trânsito de Belo Horizonte. Identificação dos canais de participação popular

Fonte: Elaborado pela autora com base em BORGES; PINHEIRO e LIMA, 2003.

A partir desses parâmetros, foi construído questionário para coleta de informações e roteiro para debate com os grupos focais envolvendo membros das Comissões Regionais de Transportes e Trânsito do Barreiro e Venda Nova. Para avaliar o grau de percepção informacional, foram relacionados às categorias e às definidas no quadro acima, critérios arbitrados para fins de mensuração conforme sintetizamos no quadro, a seguir:

Quadro 5. avaliação da percepção informacional dos membros dos grupos focais quanto à gestão dos transportes e trânsito

Categorias da percepção	Questão que operacionaliza as Variáveis	Avaliação da percepção	Classificação
Quem	Setores identificados; papéis desempenhados e nível de responsabilidade de cada ator na estrutura municipal.	Conforme o número de opções identificadas	Excelente (todas e acrescentou) Ótima (todas) Boa (mais da metade) Regular (metade) Ruim (menos da metade) Péssima (nenhuma)

O quê	Nível de conhecimento das atividades globais	Conforme o número de opções identificadas	Excelente (todas e acrescentou) Ótima (todas) Boa (mais da metade) Regular (metade) Ruim (menos da metade) Péssima (nenhuma)
	Identificação dos problemas informacionais	Comparação com as outras respostas	Acima da média (excelente ótima). Na média (boa e regular) Abaixo da média (ruim e péssima)
Quando	Identificação dos eventos geradores das informações	Conforme o número de opções identificadas	Excelente (todas e acrescentou) Ótima (todas) Boa (mais da metade) Regular (metade) Ruim (menos da metade) Péssima (nenhuma)
	Eventos geradores de informações no passado, presente e futuro.	Comparação com as outras respostas	Acima da média (excelente ótima). Na média (boa e regular) Abaixo da média (ruim e péssima).
Onde	Origem das informações e Níveis de hierarquia	Comparação com as outras respostas	Acima da média (excelente ótima). Na média (boa e regular) Abaixo da média (ruim e péssima).
Como	Identificação dos canais de comunicação com os atores	Conforme o número de opções identificadas	Excelente (todas e acrescentou) Ótima (todas) Boa (mais da metade) Regular (metade) Ruim (menos da metade) Péssima (nenhuma)
	Identificação das formas de disponibilizar as informações geradas nas atividades e dos canais de participação popular	Comparação com as outras respostas	Acima da média (excelente ótima). Na média (boa e regular) Abaixo da média (ruim e péssima)

Fonte: Elaborado pela autora com base em BORGES; PINHEIRO e LIMA, 2003.

3. Algumas conclusões

Durante as dinâmicas de grupo focal foi possível inferir como a percepção informacional dos membros das comissões se restringe à questão do transporte coletivo em nível micro, indicando uma limitação quanto à percepção do trabalho global da administração municipal e como a gestão dos transportes e trânsito está inserida nessa estrutura. Outra evidência da ausência de uma consciência que transcende a participação nas Comissões Regionais de Transportes e Trânsito diz respeito à restrição de demandas e reclamações dos problemas de transportes e trânsito, e poucos perceberam a relação entre as novas tecnologias de informação

e comunicação e as possibilidades que essas ferramentas podem significar para ampliá-la a participação na gestão.

Outra constatação diz respeito ao grau de percepção dos membros quanto aos principais projetos definidos no planejamento estratégico da empresa; a demanda de informação em relação aos projetos; o nível de conhecimento do acompanhamento das demandas solicitadas pelas comissões, quanto ao orçamento, cronograma de implantação, execução conforme os padrões, cumprimento de prazos de entrega. Em todas estas questões, a limitação espacial e o pouco acesso à informação estratégica contribuíram para o baixo nível de conhecimento. Conforme os comentários de participantes, que virão no questionário uma oportunidade para acrescentar informações sobre a gestão dos transportes e trânsito em muitos aspectos que desconheciam, foi possível identificar, no caso do grupo focal de Venda Nova, a demanda de informações sobre os principais projetos da BHTRANS.

Os resultados acima também foram relacionados ao perfil dos grupos quanto à infra-estrutura e aos equipamentos sociais confirmando a situação de infoexclusão no que diz respeito ao acesso a bibliotecas públicas e à internet em casa ou comunitária. Outra confirmação, já constatada na literatura, está relacionada à correlação entre idade e uso de computador, grau de escolaridade e uso do computador, e que a exclusão digital se dá também entre gênero (sexo) e grupos etários. No caso da correlação infoexclusão e faixa etária, a literatura aponta para uma tendência decrescente do uso da informática à proporção em que se avança na faixa etária (CLEMENT, 2000). Tal tendência se explica pelas menores chances de empregabilidade do idoso, e pelo fato do acesso ao computador com Internet no trabalho ser um facilitador (MORAES, 2000).

Informações recolhidas junto ao grupo focal da Comissão Regional de Transporte e Trânsito do Barreiro ilustraram melhor as tendências verificadas quando correlacionamos a condição de não ter acesso ao computador/faixa etária/percepção informacional, e Tipos Regionais por unidades de planejamento. As informações indicam que entre os membros que não possuem computador em casa e no trabalho com Internet predominam a faixa etária de 51 a 55 e acima de 60 anos, o grau de escolaridade equivalente ao 1º incompleto, coincidindo também com uma percepção informacional com predominância de ruim e péssima. Entre os membros que acusaram um tipo de acesso ao computador e à Internet, observou uma menor incidência da faixa etária 51 a 55 e acima de 60 anos, a predominância do 2º grau completo e até e a percepção informacional também apresentou uma tendência estável.

Quanto aos conceitos de Esfera Pública e Percepção, apesar de o objetivo da pesquisa acima mencionada não ter sido o de construir ferramentas para trabalhar a análise de participação popular em ambiente metropolizado, enquanto construtos teóricos se mostram adequados para as análises de realidades em contextos envolvendo problemáticas de regiões metropolitanas que envolvem redes de infra-estrutura que ultrapassam as fronteiras de um município, e que muito se assemelham (tanto em arquitetura como em problemas) às redes informacionais.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, R.M., DIAS, M.S., BORGES, M.R.S., "Suporte por Computador ao Desenvolvimento Cooperativo de Software: Classificação e Propostas", In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE SOFTWARE – SBES, XI, 1997, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza (CE), out. 1997. p.1.299-314.
- ARENDT, Hannah. *The human condition*. Chicago: Chicago University Press, 1959.
- BEMFICA, Juliana do Couto. *Política, informação e democracia: o programa de democratização de informações da Prefeitura de Belo Horizonte*. Fundação João Pinheiro. 1997.
- BHTRANS. *Planejamento Estratégico 2005-2008*. Belo Horizonte, dezembro 2005.
- BORGES, M; PINHEIRO, M; LIMA, J.V. *A framework for awareness in CSCW systems*. A survival guide for awareness. Disponível em: <<http://www.manuele.com.br>> Acesso em: ago. 2007.
- CLEMENT, Andrew. *Everyday Experiences of Networked Services*. Out.2000. Disponível em <<http://www.fis.utoronto.ca>> Acesso em Abril 2007
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995. 355 p.
- FERREIRA, S. M. S. P.; DUDZIAK, E. A. A apropriação informacional para a cidadania na América Latina: o ponto de vista do usuário final de programas nacionais de informação e/ou inclusão digital. In: IFLA PRE CONFERENCE M&M – 2004, São Paulo, 2004. Abstracts. São Paulo: ECA/USP/SIBi/USP, 2004.

GOUVEA, Ronaldo G. Gestão Metropolitana no Brasil: as questões administrativa e política. Disponível em: < <http://portal.antp.org.br/biblioteca/15Cg/TP-093.pdf>>. Acesso em Julho 2007.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1997.v.II.

LE GOFF, Jacques. 1996. "História e Memória". Campinas, SP: UNICAMP.

MACHADO, Carlos Wagner C. A inserção dos moradores de Belo Horizonte no mercado de trabalho a partir das regiões e dos tipos regionais. Revista Pensar BH, ano 1, n.º 3, Belo Horizonte, Dez. 2002

MOSCOVITCH, Samy Kopit. Análise das áreas prioritárias para inclusão urbana e social. Revista Pensar BH, ano 1, n.º 3, Belo Horizonte, Dez 2002.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. In: *Software livre e inclusão digital*. São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2003, p.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. Disponível em: < http://www.centroedelstein.org.br/pdf/exclusaodigital_problemasconceituais.pdf>. Acesso em Abril 2007.

MORAES, Míriam Gontijo de. Infoinclusão: uma categoria de análise para a ciência da informação nas perspectivas do diálogo e da participação. Tese (doutorado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação –2005.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nadia. *Governar as Metrôpoles :dilemas da recentralização* . São Paulo Perspec. vol.14 no. 4 São Paulo Oct./Dec. 2000

SILVA, Carla A. 2002 "Os Fóruns temáticos da Sociedade Civil: Um Estudo sobre o fórum Nacional de Reforma Urbana" em Danigno, Evelina (org.) Sociedade Civil e Espaços públicos no Brasil (São Paulo: Paz e Terra).

TEIXEIRA, Nuno Severiano; RODRIGUES, José Cervaens; NUNES, Isabel Ferreira (2000). O interesse nacional e a globalização. Lisboa: Edições Cosmos.